

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171.357 - SC (2020/0072182-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : CINCO SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS S/A
SUSCITANTE : VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : FELLIPE BERNARDES DA SILVA - RS089218
THIAGO LOPES CALEGARI - RS099224
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC
SUSCITADO : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE ITAJAÍ - SC
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL. PRECEDENTES ESPECÍFICOS DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por CINCO SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS S/A e VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, no qual tramitam os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE ITAJAÍ - SC, no qual tramita a execução fiscal n.º 0001027-64.2018.5.12.0022 movida pela FAZENDA NACIONAL.

Aduzem as suscitantes que, após o deferimento do pedido de

recuperação judicial da VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA, o plano de recuperação foi aprovado pela assembléia geral de credores, no qual constou a criação de duas subsidiárias integrais, dentre elas a CINCO SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS S/A, como meio de viabilizar a superação da crise financeira.

Asseveram, entretanto, que o Juízo do Trabalho suscitado, mesmo ciente de todas essas informações, proferiu decisão desconsiderando a personalidade jurídica da subsidiária integral para reconhecer a formação de grupo econômico entre as empresas e determinou, além de sua inclusão no passivo da execução individual, o bloqueio de valores de sua propriedade.

Nesse contexto, afirmam que resta configurado o conflito positivo de competência, na medida em que dois juízos distintos estão decidindo acerca dos pagamentos de créditos sujeitos à recuperação judicial.

Postulam, assim, liminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Juízo Trabalhista e o sobrestamento da execução fiscal movida pela FAZENDA NACIONAL, bem como a liberação dos valores bloqueados.

Por fim, requerem que seja reconhecida a competência do Juízo da Recuperação Judicial.

É o relatório. Decido.

Com fundamento na orientação contida no artigo 955, parágrafo único, inciso I, do CPC e na Súmula 568/STJ, estou em proceder ao julgamento monocrático do presente conflito, tendo em vista a existência de precedentes acerca da questão ora discutida e a necessidade de desbastarem-se as pautas já bastantes numerosas da Colenda 2ª Seção.

A Colenda Segunda Seção deste STJ possui orientação no sentido de que, apesar de não se suspender o executivo fiscal em face do deferimento de recuperação judicial e aprovação do plano de recuperação, a interpretação a ser dada ao art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05, não pode desconsiderar os fins para os quais fora a recuperação judicial idealizada, quais sejam, o soerguimento da empresa abalada financeiramente, o que poderia decorrer de eventuais atos

constitutivos do patrimônio da suscitante, destacando-se que tal entendimento tem aplicação mesmo após o advento da Lei 13.043/2014, que acrescentou o art. 10-A à Lei n. 10.522/2002 e instituiu modalidade especial de parcelamento dos créditos tributários devidos por sociedades empresárias em recuperação judicial.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ATOS CONSTRITIVOS AO PATRIMÔNIO PRATICADOS EM SEDE DE EXECUÇÃO FISCAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é do juízo em que se processa a recuperação judicial a competência para promover os atos de execução do patrimônio da empresa, evitando-se, assim, que medidas expropriatórias possam prejudicar o cumprimento do plano de soerguimento.

2. No que diz respeito à Lei n.º 13.043/2014, que acrescentou o art. 10-A à Lei n.º 10.522/2002, possibilitando o parcelamento de crédito de empresas em recuperação, a Segunda Seção decidiu que a edição da referida legislação não repercute na jurisprudência desta Corte Superior a respeito da competência do juízo da recuperação, sob pena de afrontar o princípio da preservação da empresa. Precedentes da Segunda Seção.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no CC 140.146/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 01/03/2016)

AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ATOS DE CONSTRICÇÃO DO PATRIMÔNIO AFETADO AO PLANO DE SOERGUIMENTO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CARACTERIZADO. PRECEDENTE (AGRG NO CC 136.130/SP). AGRAVO DESPROVIDO.

1. Na hipótese, está caracterizado o conflito de competência, pois dois juízos se apresentam como competentes para determinar o destino de um mesmo patrimônio: o juízo da execução fiscal, excutindo bens da suscitante no interesse da Fazenda exequente; e o juízo da recuperação, processando a recuperação judicial, com a preservação dos bens afetados ao plano de recuperação.

2. A jurisprudência da eg. Segunda Seção firmou-se no sentido

de que as execuções fiscais não se suspendem com o deferimento da recuperação judicial, sendo obstados, porém, os atos de alienação, cuja competência é privativa do Juízo universal, de modo a não prejudicar o cumprimento do plano de reorganização da empresa.

3. O entendimento acima exposto foi reafirmado, mesmo após o advento da Lei 13.043/2014, que instituiu modalidade especial de parcelamento dos créditos tributários devidos por sociedades empresárias em recuperação judicial. No julgamento do Agravo Regimental no Conflito de Competência n. 136.130/SP (AgRg no CC 136.130/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/5/2015, DJe de 22/6/2015), expressamente, por maioria, entendeu-se que "a edição e a publicação da Lei n. 13.043/2014 não repercute na jurisprudência desta Corte a respeito da competência do Juízo da recuperação, sob pena de afrontar o princípio da preservação da empresa". E, ainda, que "cuidando-se de simples interpretação sistemática das normas legais aplicáveis ao presente caso, não há falar em violação do art. 97 da CF".

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no CC 138.942/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2015, DJe 03/08/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. EDIÇÃO DA LEI N. 13.043, DE 13.11.2014. PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA MANTIDA.

1. O juízo onde se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda.

2. O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos de constrição ou de alienação devem-se submeter ao juízo universal. Jurisprudência.

3. A Lei n. 11.101/2005 visa à preservação da empresa, à função social e ao estímulo à atividade econômica, a teor de seu art. 47.

4. No caso concreto, a edição da Lei n. 13.043/2014 - que acrescentou o art. 10-A à Lei n. 10.522/2002 e disciplinou o parcelamento de débitos de empresas em recuperação judicial - não descaracteriza o conflito de competência.

5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 136.130/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA
SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 22/06/2015)**

Assim, eventual ato construtivo levado a efeito no Juízo do Trabalho sobre os ativos da sociedade em soerguimento viola, em tese, a competência dada pela Lei 11.101/05 ao juízo em que tramita a recuperação judicial.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC para o exame de quaisquer atos praticados na execução fiscal nº 0001027-64.2018.5.12.0022 que impliquem em constrição ou expropriação patrimonial das suscitantes, CINCO SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS S/A e VIT SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA.

Os valores eventualmente já constritos pelo Juízo do Trabalho atinentes às suscitantes deverão ser colocados à disposição do juízo universal, a quem competirá analisar eventual pedido de levantamento.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator